

## **O Trabalho faz o Homem e o Enobrece: Reflexões sobre a Construção da Identidade Masculina entre Homens Pobres**

*Paulo Rogério Candido*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio tem por objetivo discutir a importância dos homens pobres não trabalhadores para a construção identitária positiva dos trabalhadores pobres. Para tanto utilizarei dois textos como base da discussão. O primeiro é o livro *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, de Cynthia Andersen Sarti (2005). O segundo é o artigo “Desemprego masculino: atualizações de gênero”, de Pedro Francisco Guedes do Nascimento<sup>2</sup>. De início faço a contextualização do ambiente em que foram desenvolvidas as pesquisas, ao que se segue uma pequena resenha de cada trabalho. Por fim apresento minhas reflexões sobre o tema.

### **1. O contexto das pesquisas**

Pedro Nascimento (s/d) realiza sua pesquisa entre os moradores de uma das comunidades carentes situadas no município de Camaragibe, região metropolitana do Recife, onde o pesquisador residiu de agosto a dezembro de 1999. Neste trabalho o autor busca responder a seguinte pergunta: “Quais as implicações do fato de os homens não serem provedores de seus lares e dependentes financeiramente de mulheres”? (p.02). Para tanto, focaliza sua pesquisa nos homens em situação de constante desemprego, que vivem nessa localidade. É importante lembrar que não são incluídos em seu objeto homens desempregados que estão em busca de trabalho. Seu foco principal são homens aparentemente “acomodados”, que na situação de desemprego não mais buscavam a alteração dessa condição. Seu interesse está nos homens que “estavam adaptados a uma nova situação em que se identificavam e eram identificados como ‘homens que não trabalham e eram sustentados pelos outros’” (*ibidem.*, p.02).

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (2001) e Especialista em Gestão Estratégica pela Faculdade de Direito de Vitória/ES (2005). Atua como professor nas áreas de Sociologia e Ética na Faculdade Faserra/ES. É pesquisador associado do NEI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias - DCSO/UFES.

<sup>2</sup> Texto publicado na internet, extraído do site [www.papai.org.br/index.php?goto-biblioteca\\_4](http://www.papai.org.br/index.php?goto-biblioteca_4) (s/d).

Antes de tudo, vale a pena apresentar, em breves linhas, o local em que a pesquisa foi realizada. A grande maioria dos entrevistados mora em uma região de um bairro<sup>3</sup>, denominada “invasão”. Há a avenida, que é considerada pelos moradores como o coração do local, seu centro comercial. Ele cresceu ao redor de uma das rodovias que ligam as cidades do interior do estado à capital, compondo assim a periferia da metrópole. É perceptível certa hierarquia no que diz respeito à distribuição das casas. Quanto mais “lá em cima”, ou seja, quanto mais distante da avenida se está, maiores são os sinais de pobreza. Essa região mais alta é denominada pelos moradores como a “invasão”. Ali as casas foram construídas de forma irregular em terrenos da prefeitura, daí seu nome. As condições de vida são precárias no que tange à distribuição de água, o saneamento básico e a falta de calçamento nas ruas. Esta área também é considerada a mais perigosa e violenta do bairro, pois quanto mais se adentra às suas ruas, mais próximo se fica dos locais em que se fazem “pacote”, ou seja, da área em que se despejam os corpos das pessoas vítimas de violência.

O pesquisador teve acesso aos seus informantes nos bares locais, enquanto realizava outra pesquisa. Nesse trabalho Nascimento se propôs estudar as experiências e estratégias de atualização da masculinidade hegemônica. Sua análise privilegiou a dimensão lúdica existente nos bares e a possibilidade de ali se dramatizarem os pontos negativos das experiências cotidianas daqueles homens. A partir dessa observação inicial, o autor traça uma primeira conclusão:

Entendia esse quadro como demonstrando que aqueles homens, estando impossibilitados de cumprirem com a prerrogativa do trabalho e do provimento do lar, não conseguiam redefinir o ambiente doméstico, nem criar novos sentidos para as suas vidas. Sendo assim, o universo da bebida apresentava-se como a única possibilidade. Uma espécie de alternativa perversa frente à impossibilidade de redimensionamento do espaço doméstico, eminentemente feminino (*Ibidem*, p. 2-3).

---

<sup>3</sup> O nome do bairro não é citado em nenhuma parte do texto.

Entretanto, como nos aponta o autor, essa visão transformava esses homens em vítimas, em pobres coitados, além de a constatação a que chega ser um tanto quanto “paralisante” (p.03). O pesquisador não se convenceu de que essa era a resposta mais adequada às suas questões. O rumo é alterado quando Nascimento percebe que a dependência do álcool era um dos fatores em comum entre todos os que formavam a população de homens desempregados, percebidos e assumidos como não trabalhadores tanto pela comunidade como por si próprios.

De forma sintética, podemos dizer que o intuito de Nascimento é o de demonstrar quais são as construções sociais utilizadas por esses homens para “serem homens”, pois eles não são identificados como provedores, que é uma das características básicas para a constituição do valor moral da hombridade<sup>4</sup>, sendo que esta independe da classe social a que se pertença. Pelo contrário, esses homens dependem de suas redes familiares para o provimento de suas necessidades materiais.

Já Sarti (2005) realiza sua pesquisa na periferia da cidade de São Paulo, no bairro de São Miguel Paulista, zona leste da cidade. Na terceira página do prefácio, a autora deixa claro a que veio seu trabalho:

Esta pesquisa pretende contribuir para entender a sociedade brasileira a partir de um de seus segmentos, os pobres, que vivem num dos bairros da periferia da cidade de São Paulo. Busco a raiz da noção de família, presente em seu universo simbólico, nas condições particulares em que vivem as pessoas e na história da qual são herdeiros (SARTI, 2005:11).

É claro que esta é a aspiração maior do livro, contudo não seria possível alcançá-la em apenas 145 páginas. O foco principal de análise de Sarti é o de compreender como a noção de família é construída como ordem moral entre os

---

<sup>4</sup> Utilizo a noção de *hombridade* como é trabalhada por M. M. A. Silva em sua dissertação de mestrado intitulada: “*Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução*”. PUC - São Paulo (1999).

pobres, e como esta se torna o ponto de referência para se pensar e interagir com o mundo em que estes atores vivenciam suas experiências cotidianas. O livro também nos apresenta a “positividade concreta” existente na pobreza, ou seja, nos capacita a perceber o pobre como uma categoria constituída e constituinte de valores ético-morais. A autora nos dá a possibilidade de vislumbrar esse ator social como construtor de valores positivos em uma sociedade em que “ser pobre” é a negativa de valores considerados importantes como a riqueza, prestígio, poder, entre outros. Sendo assim, a pesquisa trabalha a pobreza a partir da visão dos pobres, de seus discursos e elaborações da realidade, de suas representações. O conceito de pobreza aqui apresentado não se limita a uma visão negativa, em que a pobreza é identificada como a falta de condições materiais de existência adequadas.

Neste trabalho também nos é apresentada uma breve definição de masculinidade, ou melhor, de como esta é construída, inclusive entre os pobres. Seu alicerce é o trabalho e a capacidade de prover a família.

A identidade masculina, na família e fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho, não apenas para os pobres. O trabalho é muito mais do que o instrumento da sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si, que lhe permite dizer: *eu sou* (*Ibidem*, p.88).

É a partir dessa breve contextualização que iniciaremos nossas discussões.

## **2. Os homens pobres e seus espelhos**

O termo trabalhador é uma categoria moral intrínseca à categoria nativa *pobre*. Estes se definem/qualificam dessa forma, pobres e trabalhadores. As duas são idéias importantes para que seu espaço no mundo social seja localizado. Assim

Sarti nos apresenta essas categorias que são carregadas de conotações morais e não dizem respeito somente à desigualdade de classes. Todas as duas são relativizadas através do prisma moral. Isso fica claro ao se ouvir o sujeito da pobreza definindo quem é o pobre com ênfase negativa. O pobre é “aquela pessoa pobre de espírito. Aquela pessoa que ela cai num buraco, em vez dela tentar subir, ela cava um burquinho pra descer, descer, descer...” (*ibidem.*, p.88).

Ser trabalhador é compartilhar e agir a partir de um valor moral positivo, capaz de sobrepujar a concepção negativa de ser pobre. A honestidade e a disposição de vencer na vida por meio do trabalho, que é aqui um atributo moral, tornam o pobre um detentor de valores que, de certa forma, o iguala aos ricos. Segundo Sarti, “[o] valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente.” (*ibidem.*, p.89).

Não trabalhar seria tornar pública sua fraqueza moral. É curioso que a capacidade de trabalhar tenha muito mais peso na “medida do homem” do que seu sucesso financeiro. É claro que um salário melhor, uma remuneração maior, são também valorizados nesse meio, mas, frente ao valor moral do trabalho, o ganho monetário, considerado o valor maior do capitalismo, é relativizado. Na moral dos pobres, o valor econômico é ultrapassado por um outro que dá base à construção da identidade masculina. Este é a capacidade de ser *um homem forte pra trabalhar*.

O trabalho é retraduzido pela noção de honra, ou seja, do direito a orgulhar-se de si próprio. Esse orgulho próprio atinge a todos, inclusive aos trabalhadores menos qualificados, pois essa falta é compensada pela capacidade de trabalhar duro, de encarar um serviço pesado. Essa competência vem de valores morais como a coragem, a força e a disposição. Podemos sintetizar todos esses valores em uma idéia, a de se *ter saúde para trabalhar*. É com ela, que é percebida como uma

dádiva divina, que o homem, principalmente o homem pobre, constrói sua identidade.

As questões de dignidade e respeito passam diretamente pelo mundo do trabalho. Também se pode falar da dimensão política incutida nessa relação, pois esta define os limites legítimos da autoridade no mundo do trabalho e, em um outro nível, na própria família. Assim são definidas a “boa autoridade” e a “má autoridade”<sup>5</sup>, que tem sua medida no respeito à dignidade do trabalhador. A dignidade é fundamentada em princípios de obrigações existentes tanto nas relações de trabalho como nas relações familiares. A respeitabilidade passa pelo bom cumprimento destas obrigações.

Sintetizando a importância do trabalho para a vivência *do* e *no* mundo capitalista para os pobres e suas famílias, Sarti nos diz:

O trabalho não é pensado somente como instrumento para ascender socialmente; se busca aumentar seus ganhos, fazem-no dentro do projeto coletivo de *melhorar de vida*, concebido dentro da lógica de obrigações entre os familiares e não apenas em função dos preceitos da razão prática (*Ibidem.*, p.94).

É a partir dessa relação com o trabalho que emerge, com maior força, a auto-imagem masculina para o homem pobre, e não somente de sua virilidade como muitos pensam. Homem *que é homem* precisa ter uma família<sup>6</sup>. Não a família de forma mais ampla com todas as suas imbricações genealógicas, mas *a sua família*, onde ele possa desempenhar os papéis de marido e pai, e por consequência o de provedor. Ser homem é ser *pai de família*. Sarti observa que

---

<sup>5</sup> Prefiro deixar o termo da “boa obediência”, trabalhado por Sarti (*ibidem.*, p.92), de fora da discussão, pois creio que a discussão sobre a validade da autoridade nestes dois planos da realidade torna-se mais profícua ao se pensarem os pontos negativos e positivos da autoridade.

<sup>6</sup> Para compreender melhor a peso da instituição familiar para os pobres, é interessante observar o trabalho de V.S. TELLES (1993).

[a] moral do homem, que tem *força e disposição para trabalhar*, articula-se à moral de provedor, que *traz dinheiro pra dentro de casa*, imbricando-se para definir a autoridade masculina e entrelaçando a sentido do trabalho à família [...].

Ao lado da realização de sua *disposição de homem forte para trabalhar*, o sentido do trabalho para o homem está na possibilidade de, através dele, cumprir o papel familiar de provedor. Esse papel atribui um significado singular ao trabalho, associado ao destino de seus rendimentos: prover a família (*Ibidem.*, p.95-6).

Sendo assim, o trabalho masculino tem um duplo sentido. É caminho para a relação entre o homem e o mundo exterior à família, e também ao próprio mundo familiar. Pode-se dizer que no primeiro ele se constrói como sujeito sócio-político, já no segundo ele se constrói como ser ontológico<sup>7</sup>. Ser homem é ser moralmente responsável<sup>8</sup> pelo núcleo familiar, ser seu *chefe*.<sup>9</sup>

### 3. Os homens pobres que não trabalham

No artigo de Nascimento também encontramos a questão moral como foco central. Os temas privilegiados em sua discussão são as relações entre gênero (principalmente questões sobre masculinidade) e o mundo do trabalho. A grande marca dos homens pobres estudados por ele é a do desemprego contínuo. São homens que há muito tempo não trabalham de forma contínua ou que nunca trabalharam. Não se pode afirmar que esses homens não desempenhem

---

<sup>7</sup> Este ser ontológico é a representação dos sujeitos sobre si, de sua essência, mesmo que inconscientemente.

<sup>8</sup> O tema *responsabilidade* aqui pontuado tem como base a discussão da relação entre masculinidade e responsabilidade discutida por Margareth M. A. Silva em sua dissertação de mestrado (1999). Já as discussões sobre as relações morais do trabalho podem ser aprofundadas com a leitura do texto de Antonia L. Colbari (1995).

<sup>9</sup> Vale ressaltar a carga simbólica existente nesta construção, a de chefe de família. O termo chefe é diretamente relacionado ao mundo do trabalho. Remete-nos a idéias como liderança, poder, capacidade decisória, controle, conhecimento, entre outros.

nenhuma atividade remunerada<sup>10</sup>, mas estas são geralmente esporádicas e seus ganhos são utilizados na compra de pequenos bens ou serviços pessoais como cigarros, bebida e lanches, por exemplo. O produto dessa atividade não faz parte do orçamento familiar, não é um dinheiro que estes homens *botam pra dentro de casa*. O não trazer dinheiro para casa não está ligado somente a questões estruturais, como a incapacidade do mercado em absorver a mão de obra disponível, mas é motivado, em muitos casos, pela opção feita por esses homens por não trabalhar.

A partir dessa descrição já podemos extrair duas importantes constatações. A primeira é a de que esses homens rompem com a regra moral mais importante para a construção da identidade positiva dos pobres, a do valor do trabalho. E a segunda, em consequência da primeira, é a opção deliberada pelo não cumprimento de suas obrigações *de homem*, que é base para a construção da identidade masculina, a de ser um *chefe de família*, de prover seu núcleo familiar.

Tomando como referência as constatações já citadas, eu me perguntaria se podemos qualificar esses homens como transgressores de uma base moral válida, com suas devidas adaptações, para os pobres em geral. Entretanto, entendo que a resposta não é tão simples assim. Esses homens são formadores de estratégias de sobrevivências condizentes com seu meio, suas possibilidades e necessidades. Eles são construtores de *valores que ressignificam suas experiências cotidianas*<sup>11</sup>.

Esses homens aprenderam a adaptar a situação a uma determinada maneira de viver, a de terem suas necessidades básicas providas por outros. Seja pela “esperteza” de perceber que se pode viver dos resultados do esforço alheio, seja por motivos de saúde, que na grande maioria dos casos é consequência do uso

---

<sup>10</sup> As atividades mais correntes são biscates como fazer uma laje, prestar pequenos serviços a vizinhos ou carregar água.

<sup>11</sup> Utilizarei essa idéia de forma instrumental neste trabalho. Para compreender melhor sua complexidade. Cf. Izildo Corrêa Leite (2002).



abusivo do álcool, ou até mesmo pelas dificuldades de se conseguir um trabalho que permita uma efetiva participação no orçamento familiar, eles conseguem sobreviver graças a suas redes de relações. Mas aqui surge outra pergunta. Quem provê esses homens?

Os homens estudados por Nascimento (s/d) obtêm os meios materiais necessários para sua sobrevivência entre sua rede familiar, mães, irmãs e esposas. É interessante perceber que quem cuida deles são sempre mulheres. É muito difícil encontrar esses homens em situações de independência de uma mulher ou sendo mantidos por outro(s) homem(ns). Esses momentos existem, mas sempre são considerados temporários ou apresentam espaços em que se pode recorrer ao auxílio feminino em última instância. O grande referencial desses homens são suas mães, elas são as grandes cuidadoras.

Apesar de serem cuidados e providos por mulheres, esses homens elaboram estratégias para que possam manter a imagem tradicional de homem provedor. Nascimento nos apresenta um exemplo desse esforço:

Em uma das primeiras conversas com Dino sobre essa questão, quis saber como era mantida financeiramente sua casa. Ele me afirmou que ele e sua esposa o faziam: “*Ela bota pra dentro e eu também*”. A princípio não entendia, pois sabia que ele não trabalhava, mas ele, na seqüência, começou a esclarecer. “*Minha mãe me dá. Minha mãe abanca eu e meu irmão*”. Assim, dizer que também bota dinheiro “*pra dentro*” de casa, significa um recurso onde ele busca alguma autonomia através da mãe que era empregada doméstica. Numa acrobacia lingüística, onde o jogo de relações de parentesco fazia mãe e filho aproximarem-se em contraposição à “estrangeira” esposa (apud Fonseca, 1987) este homem se via, ao menos naquele momento, desobrigado de me dizer frente a seus colegas que era sustentado pela mulher (NASCIMENTO, s/d: p.09).

Também são utilizados argumentos que tocam essa questão de forma indireta, ao afirmar-se que essa é uma situação temporária. Dizer que se *está parado* esses

*dias* ou que o mercado de trabalho está *muito difícil*, e por isso sua esposa, mãe ou irmã, está sustentando a casa é uma delas. Há também argumentações que não se utilizam de uma modificação do tempo, mas que tem certo grau de *modernidade*, de que *quando ele não tem, ela tem*.

Ao se defrontarem com um contexto em que não é possível realizar as prerrogativas consideradas normais para seu gênero, esses homens se utilizam de artifícios que tornam esse tempo, de não trabalho, em algo não claramente definido, mas passível de mudança, mesmo que essa alteração nunca aconteça, ou seja, mesmo que eles nunca venham a assumir o papel de provedor. “O mais importante é perceber que este redimensionamento do tempo como uma possibilidade de se conviver com um presente que não é idealizado ou desejado”. (*ibidem.*, p.09).

Com o passar do tempo os informantes de Nascimento não mais utilizavam recursos, como os já citados, para “ocultar” sua situação, mas essa começa a ser legitimada por outros argumentos e estratégias. Seus argumentos envolvem doença, conjuntura nacional, a esperteza e até mesmo a preguiça, entre outros. Pondo-se como espertos ou como vítimas, esses homens percebem-se, e são assim percebidos pelos outros; como pessoas que não estão trabalhando e que muito provavelmente não o iram fazer.

É importante ressaltar que, nessas situações específicas, recursos matrifocais como os estudados por D. Neves (1985:11) parecem não se encaixar. Em situações críticas, na medida do possível, as mulheres tomam para si os papéis centrais, mas realizam um esforço para que o companheiro consiga reassumir esses papéis. Mas no contexto estudado por Nascimento (s/d, p.11), fica de certa forma claro que as mulheres desistiram de buscar a reversão da situação apresentada. Já não vêem em seu futuro a possibilidade de retornar às suas atividades “tradicionais” e ajudarem apenas na complementação da renda doméstica: “(...) o jeito é eu trabalhar, se eu não trabalhar, o negócio cai mesmo,

não vai mesmo. Meu marido, tô com ele assim, mas ele não trabalha, se eu não trabalhar, é de passar fome”.<sup>12</sup>

A mesma situação apresentada acima é recorrente na relação entre mães e filhos. Ou elas cuidam de seus filhos, ou, como dito acima, *a coisa cai*. Mesmo havendo, em determinados momentos, revolta pela situação vigente, há a compaixão e a justificativa do porque esses homens não trabalham. O mais comum é o da dificuldade de se encontrar emprego. Este argumento é reconhecido por todos. Não há quem não seja capaz de perceber esse fato. Sendo assim, o não trabalhar não pode ser visto como uma qualidade interna ao indivíduo, mesmo que existam elementos como a preguiça e o desinteresse, o desemprego, o não conseguir trabalho, nessa situação é considerado algo fora do controle dos homens.

Há muitos componentes para estes argumentos. Um dos mais utilizados é a concorrência existente no mercado de trabalho. As vagas não existem, e quando estão disponíveis são disputadas por um grande número de trabalhadores. A partir desse fato os homens muitas vezes apresentam, como justificativa, os *custos* para que consiga um trabalho, que são tanto físicos quanto financeiros. Tem-se que acordar muito cedo, ou mesmo dormir em frente ao local de seleção, gastar dinheiro com passagem e para se alimentar... e quase sempre não conseguir nada. Também apontam a falta de qualificação como empecilho. Afirmam que, *se a coisa está difícil para quem tem estudo e profissão, para quem não os têm, a situação é muito pior*. Quase que a totalidade dos homens estudados não havia concluído o ensino fundamental. Mas uma questão transparece entre as argumentações e construções de justificativas. Se há quem os mantenha, por que se desgastar trabalhando?

O desgaste físico desses homens já se inicia na busca por um emprego. Abalados pelo efeito abusivo do álcool, seus corpos já não tem as forças necessárias para encarar um *trabalho duro, pesado*. Não há saúde para isso. Uma saúde debilitada

---

<sup>12</sup> Zélia (51 anos), esposa de Dino (39 anos).

demanda vários cuidados, que são realizados pelas mulheres de suas redes de relações, as mulheres da família. Seu grande referencial são as mães. Nas situações de risco ou dificuldade, são a elas a que recorrem, mesmo quando se é casado e se vive com a esposa. Constantemente suas mulheres ameaçam abandoná-los a sua própria sorte, mandando-os procurar suas mães, ou mesmo porque eles não terão ninguém que os cuide quando caírem doentes pela bebida.

Existem outros argumentos, como o utilizado para não se aceitar um trabalho. A pressão da necessidade não é suficientemente forte para que esses homens desempenhem uma atividade remunerada. Essa deve “ser capaz de fazer com que eles vislumbrem a possibilidade de virem a estar em uma situação melhor que a atual” (ibidem, s/d, p. 19). Isso nos abre a possibilidade de perceber que a coerção ao trabalho, exercida por meio da moral sobre o homem, principalmente o pobre, não é tão efetiva quanto se possa imaginar. Pode-se negar um trabalho afirmando que este é pesado demais ou que esses são negociados de forma injusta, uma tentativa de abuso realizada por quem o oferece. Coisa semelhante acontece com a “demissão”. Quando esse fato é citado, quase sempre os homens tomam para si a iniciativa do rompimento do contrato. São eles que “sempre se libertaram” dessas relações de exploração e desrespeito. Os ricos, termo usado por eles, não querem saber do pobre, só querem abusar dele. Só querem ferir sua honra e orgulho. Essas relações podem ser compreendidas como ações positivas. A postura de negar o trabalho não é necessariamente negativa, por que esta se constitui como uma das estratégias desses homens com o fim de não serem qualificados como coitados, mas sim como homens de atitude, detentores de autonomia e honra própria que não dependem de terceiros para existir. Nascimento se vale de estudos de C. Fonseca (2000:21) para ir elucidando os elementos que conformam as suas afirmações:

Estes recursos apresentados por esses homens podem ser pensados na direção do que Cristina Fonseca (2000) percebeu utilizando a mesma noção de honra para refletir sobre um grupo em condição de pobreza que se aproxima à de meus informantes. Segundo

esta autora, a honra figuraria “como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo” e permite dar ênfase aos aspectos não materiais da organização social. Ela percebe a honra como sendo capaz de empreender uma reelaboração que tende a maximizar o amor próprio, utilizando-se um “filtro imaginário que permite ver e narrar sua vida de acordo com uma imagem de si socialmente aceitável” (FONSECA, 2000:21). Não por acaso, por mais difíceis que fossem as circunstâncias em que estavam vivendo esses homens, eles sempre apresentarão diversas estratégias para se apresentarem enquanto próximos das características percebidas como masculinas no nível ideal. Estas configurariam um recurso que chamei de auto-elogio (NASCIMENTO, s/d: 21).

Ninguém gosta de admitir que não foi capaz de cumprir o que os outros esperavam de nós, ou nós mesmos esperávamos. Assim se cria e apresenta-se uma imagem positiva. Isso pode ser estendido à sociedade em geral, mas no tocante aos homens em condição de pobreza<sup>13</sup>, as pretensões de “sucesso” criam um ambiente um pouco mais propício ao estabelecimento de “filtro imaginário” de auto-elogio. Auto-elogio que também se reflete na vida conjugal.

Os homens, ao não trabalharem, perdem um importante sustentáculo para a constituição da identidade masculina, pois podem não ser reconhecidos como “o homem da casa”, o chefe da família. Mas quando são ou estão casados, por meio da divisão tradicional das tarefas referentes aos cuidados da casa, tentam se mostrar *homens*. As obrigações de lavar, passar e cozinhar são das mulheres. Além de cuidar do provento da família, uma função essencialmente masculina, elas “devem” cumprir com suas obrigações. Ao não trabalhar em casa, o homem não trabalhador se realiza como *homem*, nem que seja somente no interior de sua casa.

---

<sup>13</sup> Com relação ao conceito de pobreza ver LEITE (2006).

#### 4. O vadio reificando o homem pobre trabalhador

Qual a pertinência em se falar de um grupo um tanto quanto restrito como o dos homens não trabalhadores por opção, dependentes de álcool e mantidos por mulheres? Qual a importância desses homens em um plano mais geral?

Creio que esses homens têm fundamental importância para a constituição da identidade positiva dos pobres, principalmente dos homens pobres. Mesmo tendo um raio de ação restrito, como o de um bairro, por exemplo, sua categoria é capaz de manter a “moralidade em geral”. Eles são os “guardiões da moral e dos bons costumes” dos pobres. O convívio cotidiano com eles serve de reforço às regras morais dos pobres. É o confronto diário com esses homens, suas estratégias de sobrevivência, posturas e as consequências de seus atos, que demonstra ao pobre trabalhador como ele deve ser, com que valores ele deve se identificar. Sou pobre e trabalhador, não um vagabundo, vadio, como esse *outro*. Vou por partes.

Como a identidade é basicamente construída? Veras (2004:164), valendo-se das reflexões de Martins (1999) e Heller (1985) nos dá algumas indicações para que possamos responder, ao menos em parte, essa questão. Em seu texto ela afirma que a noção de *eu* é construída a partir do *outro*, ou seja, nossa personalidade é construída socialmente. A forma de estarmos no mundo, de interagirmos com ele, é individual, mas emerge do coletivo. O *outro*, o diferente do *eu*, é para nós um espelho que reflete nossas semelhanças e dessemelhanças. Para nos notarmos temos que estranhar a algo ou alguém, e este *outro* é este estranho que nos força a reflexão e a inferência, mesmo que de forma inconsciente. Em seu sentido geral:

O *outro* faz parte do caráter ritual das relações sociais, nas ações cotidianas, no cumprimento de papéis e expectativas, porque é o “guardião” do cumprimento dessas expectativas. Somos todos protagonistas de uma cena que é feita com iguais e diferentes. A própria humanidade é vista como capaz de ‘estar na pele do outro’ (Heller, 1985). Assim, o estranho aparece como *regulador* das ações sociais, depositário daquilo que é apropriado no desempenho de papéis (Martins, 1999).

O *outro* genérico, o estranho, nos espaços públicos (rua, trabalho, lazer) é presença física que compele a reações. Na intimidade, o outro limita a liberdade, constrange e exige “decoro”, pois é o “não-familiar”, mais do que apenas *desconhecido*. Esse é um conceito flexível, dependendo de cada situação. A primeira vista, o homem comum está sempre projetando uma imagem de si próprio e procurando fazer com que essa imagem seja aceita em especial zelando por ela diante de estranhos. Estes causam desconforto quanto a essa imagem (VERAS, 2004:166).

A moral dos pobres é muito mais complexa e elaborada do que se pode perceber a primeira vista. A resposta positiva não se constrói apenas no diálogo entre as classes subalternas e seus superiores. Ela ocorre também *entre* os pares encontrados nas classes subalternas, entre os variados personagens que habitam esse grupo maior, o das pessoas que vivenciam em seu cotidiano a experiência das situações de pobreza, tanto as negativas como as positivas. Pares que utilizam uma categoria nativa para se nominarem, como diz Sarti (2005), os *pobres*.

Os homens estudados por Nascimento (s/d) são um desses guardiões. Ao existirem e “serem como são”, estes fazem os outros lembrarem seus importantes valores morais identitários. A primeira vista o homem não trabalhador é um estranho que não compartilha dos importantes valores que dão sentido a experiência de vida dos trabalhadores moradores das regiões urbanas periféricas. O não trabalhador pode ser vislumbrado como um perigo para a “manutenção da ordem social”, um grupo que, mantida as devidas proporções, será uma “classe perigosa”<sup>14</sup>, à moralidade dos pobres.

Diferente do fim do séc. XIX, e início do XX, o pobre não é identificado mais como o *vadio*<sup>15</sup> que nega o trabalho, o “desocupado”. Agora o vemos, e ele próprio se vê, como trabalhador. Mas isso não significa que a figura do vadio desapareceu,

---

<sup>14</sup> Essa temática é discutida por Lícia do Prado Valladares (VALLADARES: 1991).

<sup>15</sup> Vou-me utilizar desta denominação como ferramenta retórica, pois creio que a partir dela percebe-se melhor a relação de alteridade existente entre trabalhadores e não trabalhadores.

deixou de existir. Ele permanece ali, mas com nova roupagem e função. Ainda é percebido e utilizado pelos não pobres para representar negativamente os pobres, mas agora podemos perceber que os próprios pobres o percebem em sua negatividade. Ser vadio, a priori, *é negar tanto os valores mais gerais da sociedade como os valores dos trabalhadores pobres.*

Como qualificar os homens não trabalhadores que *podem* ser categorizados como vadios? Utiliza-se o artifício da negação, o vadio é o reflexo da falta dos valores morais. O vadio não tem força nem saúde para encarar o trabalho duro, pesado e dignificante; não assume a postura de provedor material do lar, não é o chefe de sua família; não permite que as mulheres de sua rede familiar desempenhem seu papel tradicional da forma adequada; não chama para si a responsabilidade sobre seu grupo familiar; ele é quem não tem força moral para não se entregar aos vícios; parafraseando Sarti (2005), “é quem ao cair no buraco não tenta sair, só vai cavando para afundar cada vez mais”.

Mas há de se tomar certos cuidados ao trabalhar com essa categoria. Não podemos confundir o vadio com o mendigo, nem com o bandido. À primeira vista podem parecer tipos similares, são transgressores morais, mas na realidade os dois últimos são bem distintos do vadio. Em seu texto Sarti (2005:124) nos apresenta alguns fatores para notarmos as distinções entre cada um. O mendigo traz consigo a visão da desordem. O corpo e a casa desarrumados, sujos, desleixados, além de pedirem esmola. O mendigo não tem em sua experiência a dignidade de receber alguma coisa em troca de algo. Eles são os pobres mesmo. Já os bandidos são os que romperam as fronteiras dos valores morais positivos da família e do trabalho honrado. O bandido é quem se vincula ao crime organizado, ao tráfico, e utiliza arma de fogo.

Os homens que não trabalham – os homens vadios – vivem em uma relação contraditória. Ao mesmo tempo em que espelham o que o pobre trabalhador não deve ser, e o sabem conscientemente, eles utilizam artifícios com os quais tentam



se aproximar dos primeiros. Um exemplo é a tentativa de desvincular sua imagem da esmola e do mendigo. Em suas relações, esses homens constroem visões positivas de si como: a esperteza, a honra, o ser senhor de si. Podemos dizer que há certa ordenação hierárquica. Os pobres constroem sua identidade positiva de trabalhador a partir de sua relação com as classes superiores, e as reificam ao se relacionarem com os vadios. Estes, por sua vez, constroem sua identidade positiva a partir de sua relação com os trabalhadores pobres, e por fazerem parte desse grupamento maior, conseqüentemente têm em sua identidade valores criados a partir do contato com as classes superiores. A identidade é construída, desse modo, entre fatores complementares, externos e internos à classe dos pobres, tanto por suas relações familiares quanto pela ética do trabalho, duas faces indissociáveis que se sintetizam na instituição “família”. É a partir dela que o homem se mostra ao mundo. De lá ele se reflete como modelo, como trabalhador e *homem padrão*<sup>16</sup>. Ali os valores são experienciados, construídos e reproduzidos, nem que seja só em sonho, como podemos ver em um dos depoimentos colhidos por Nascimento:

Eu sonhava assim: meu marido vai ser um homem cheiroso. Quando ele chegar ele tá com aquele suor. Daquele suor de homem que vem do trabalho, aí eu vou... tiro até o sapato dele, até o sapato dele eu imaginava tirar, sabia? Imaginava assim: ele chegue, quando ele chega me cheira... eu tô tomada banho esperando ele. Meu sonho era esse, tô tomada banho esperando ele. Aí quando ele chegar, do jeito que ele chegar, cheirar ele com aquele suor que ele vem do serviço. Oh, meu Deus, meu sonho era esse, mas não vai se realizar, acho que não, já tô tão (risos), não sei, eu acho que meu sonho, só se esse sonho passar pra minha filha, pra ter assim, aquele sonho dele ir realizar, porque é muito bonito, eu acho lindo, lindo, lindo (NASCIMENTO, s/d, p.31).

Um sonho que se espera, mesmo que em tempo incerto, tornar-se real e ser capaz de melhorar a vida. Mesmo que a divisão sexual dos papéis familiares seja a mais de um século questionada, ainda assim permanece a busca por essa

---

<sup>16</sup> Vale aqui observar a discussão sobre a formação do *operário padrão* por Antonia L. Colbari (1995).

realidade idílica em amplos setores da sociedade. De certa maneira, os homens não trabalhadores “dão asas” e mantêm vivo o sonho, a sua perpetuação e ressignificação.

## Referências

ATHAYDE, Celso; SOARES, Luiz Eduardo e MV Bill. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2005.

COLBARI, Antonia L. *Ética do trabalho*. São Paulo: Editora Letras & Letras / Ed. da FCAA / UFES. 1995.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora Universidade, UFRGS, 2000.

JODELET, Denise. “A alteridade como produto e processo psicossocial”. In: ARRUDA, Ângela (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes. 2002. p. 47-67. 2ª ed.

HELLER, A. *The Power of Shame*. London: Routledge & Kegan Paulo, 1985.

LEITE, Izildo Corrêa. “Políticas sociais de combate à pobreza: novos olhares, novos lugares”. In: **ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL**, 2006, Vitória. [trabalhos apresentados]. Vitória. UFES. 2006. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. “A teoria das representações sociais e sua contribuição para a análise dos dados primários”. In: \_\_\_\_\_. **Desconhecidos, Piedade e Distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza**. Tese de Doutorado em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Araraquara: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2002.

MARTINS, J. S. *Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1999.

NASCIMENTO, Pedro Francisco G. do Nascimento. *Desemprego masculino: Atualização de gênero*. Texto extraído do site [www.papai.org.br/index.php?goto-biblioteca\\_4](http://www.papai.org.br/index.php?goto-biblioteca_4) (s/d), acesso em 04 de fevereiro de 2007.

NEVES, Delma Pessanha. “*Nesse terreiro galo não canta: Estudo de caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda*”. In: **Anuário Antropológico 83**. Rio de Janeiro/Fortaleza: Tempo Brasileiro/UFC, 1985.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. 3ª ed. São Paulo: Cortez. 2005.

SILVA, Margareth M. A. *Masculinidade e gênero: Discursos sobre responsabilidade na reprodução*. Dissertação (Mestrado em Psicologia social). PUC-SP. 1999.

TELLES, Vera da Silva. “*Pobreza e cidadania: Dilemas do Brasil contemporâneo*”. In: **Cadernos CRH**. Salvador, n. 19, 8-21, jul/dez. 1993.

VALLADARES, Lícia. “*Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil*”. In: BOSCHI, Renato R. (org.). **Corporativismo e Desigualdade: A construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991.

VERAS, Maura P. Bicudo. “*Por uma sociologia da alteridade: Estranhos e estrangeiros*”. In: BERNARDO, Teresinha e TÓTORA, Silvana (Orgs.). **Ciências Sociais na Atualidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.